Relatório 2019 do índice de sustentabilidade das OSC no Gabão

Rapport 2019 de l'indice de pérennisation des Osc au Gabon

GABÃO Índice de Perpetuação das Organizações da Sociedade Civil do Gabão em 2019 1 Capital: Libreville População: 2.230.908 PIB per capita (PPA): 18.100 $ Índice de Desenvolvimento Humano: Alto (0.702) Liberdade no Mundo: Não Livre (22/100) PERPETUAÇÃO DAS OSC: 5,4 O Gabão passou por desenvolvimentos importantes em 2019. Após a ausência prolongada do presidente Ali Bongo, evidentemente por razões de saúde, uma parte da população pediu a declaração de vacância do poder e a organização de novas eleições, de acordo com as disposições constitucionais em resposta à indisponibilidade do presidente. O governo não atendeu a esses pedidos e, ao contrário, tentou, por meio de intimidações e prisões, dissuadir todos aqueles que ousassem se pronunciar publicamente sobre o assunto. No dia 7 de janeiro, enquanto a população se perguntava cada vez mais sobre a saúde e a ausência do presidente da República, um grupo de oficiais da guarda republicana tentou um golpe de Estado. Estes foram mortos ou presos nas 24 horas seguintes. Após esse evento, o presidente nomeou um novo governo. As OSC consideraram esse golpe de Estado frustrado como uma oportunidade para levantar a necessidade de um diálogo inclusivo no Gabão, especialmente sobre a necessidade de ter melhores comunicações por parte do governo sobre a saúde do presidente. Em fevereiro, o Gabão enfrentou o “kévazingogate”, um escândalo relacionado à exploração ilegal do kévazingo, uma madeira preciosa, muito valorizada no mercado asiático, mas proibida de exploração desde 2018. No âmbito de uma ampla operação de combate à corrupção chamada “Escorpião”, as autoridades gabonesas apreenderam mais de 350 contêineres de kévazingo explorado ilegalmente e prestes a ser exportado fraudulentamente do porto de Owendo. Após o desaparecimento de contêineres sob custódia judicial, as autoridades prenderam muitos altos funcionários e personalidades políticas, e o presidente se desfez de seu vice-presidente e de seu ministro das Águas e Florestas, o que as OSC defendiam. Cerca de 200 contêineres foram encontrados, mas não o restante, com um valor de mercado de aproximadamente 250 milhões de USD. A Rede das Organizações Livres da Sociedade Civil do Gabão (ROLBG) manteve o público informado sobre o escândalo kévazingogate por meio de campanhas de informação, posicionamentos e comunicados de imprensa. A principal exportação do Gabão, um país de renda média alta, é o petróleo. Apesar dos esforços do governo para tirar o país da crise econômica que enfrenta desde a queda dos preços do barril de petróleo em 2014, o Gabão enfrentou dificuldades econômicas em 2019. Segundo o Banco Mundial, quase um terço da população gabonesa vive abaixo da linha da pobreza. O Gabão ocupava a 110ª posição entre 157 países no índice de desenvolvimento humano do Banco Mundial em 2018 e a 132ª posição entre 162 países no índice de liberdade humana em 2019 publicado pelo Fraser Institute, um centro de estudos e pesquisas canadense. O índice de perpetuação das OSC do Gabão permaneceu estável em 2019. A capacidade organizacional das OSC foi ligeiramente reforçada devido aos seus esforços para construir relações de confiança com seus beneficiários e melhorar a formação de seu pessoal dirigente. O advocacy das OSC melhorou moderadamente graças a várias campanhas bem-sucedidas. A prestação de serviços das OSC melhorou ligeiramente em 2019 porque elas expandiram sua gama de serviços para atender às necessidades das comunidades. A infraestrutura setorial também melhorou porque as organizações de apoio intermediário (OSI) e as organizações internacionais ofereceram novos financiamentos e serviços, e as OSC iniciaram novas parcerias com o governo e o setor privado. O contexto jurídico, a viabilidade financeira e a imagem pública das OSC permaneceram inalterados. É difícil determinar o número exato de OSC no Gabão, uma vez que elas podem se registrar em diversos

órgãos e essas informações não são centralizadas. Nenhuma estatística está

disponível sobre o número de OSC no Gabão em 2019. Em seu último censo de OSC em 2017, a Rede de Organizações e Projetos Associativos do Gabão (ROPAGA) contava quase 1.750 associações. O número de sindicatos dos setores privado e público não é conhecido. CONTEXTO JURÍDICO: 6,3 Não houve mudanças significativas em 2019 no contexto jurídico das OSC no Gabão; esse contexto permaneceu prejudicado. As leis nº 35/62, 18/92 e 3/94 regem a criação e o funcionamento, respectivamente, das associações, dos sindicatos do setor público e dos sindicatos do setor privado. A lei prevê que todas as OSC devem ser registradas para funcionar, embora as associações registradas sob a lei nº 35/62 frequentemente realizem ações comunitárias antes de seu registro. Os trâmites de registro são simples e de baixo custo para os três tipos de OSC. Os sindicatos submetem seu pedido de registro, juntamente com seus estatutos e a lista dos membros do conselho de administração, à prefeitura da cidade onde se encontra sua sede. Eles recebem então um recibo de registro que lhes permite funcionar. Para as associações, o pedido de registro é iniciado junto ao Ministério do Interior, que emite relativamente rápido um recibo provisório. A emissão de um recibo definitivo fica a critério do ministério após uma investigação de moralidade dos fundadores. Se o ministério considerar necessário, solicita os pareceres dos ministérios de tutela pertinentes (previdência social, meio ambiente, juventude, esporte ou outro) sobre os textos constitutivos, as atividades e a conformidade com a lei. A validade dos recibos provisórios é de apenas três meses, mas o prazo para obtenção dos recibos definitivos pode ser longo. Um relatório recente do escritório nacional do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) sobre a cartografia das OSC envolvidas na silvicultura e na agroindústria mostra que as 15 OSC gabonesas estudadas funcionam com um recibo provisório, mesmo aquelas criadas em 1997 e 1998. As associações podem solicitar o status de utilidade pública que lhes permite ter acesso a certos fundos públicos. O artigo 6 da lei nº 35/62 prevê a dissolução por decreto presidencial das associações declaradas de utilidade pública. As OSC não têm a obrigação de apresentar relatórios de atividades às autoridades. Em 2019, as OSC gabonesas sofreram diversas formas de assédio estatal. As organizações focadas na boa governança, nos direitos humanos e na democracia continuaram a enfrentar dificuldades para se registrar, funcionar e se expressar livremente. Por exemplo, em 25 de janeiro, a presidente da Associação Gabonesa para as Obras Sociais (AGOS) foi condenada a oito meses de prisão e a uma multa de 10 milhões XAF (mais de 17.000 USD) por questionar a probidade moral do procurador da República. Após a conferência de imprensa da Dinâmica Unitária (DU) em julho de 2019, durante a qual seu escritório nacional compartilhou suas conclusões sobre a morte do presidente, quatro membros da DU foram detidos e mantidos sob custódia por dez dias nos escritórios da polícia judiciária. No dia seguinte, agentes da Direção Geral de Investigações, um serviço independente da polícia nacional, invadiram a residência do presidente da DU. A Alta Autoridade de Comunicação posteriormente emitiu uma decisão proibindo a DU de acessar os meios de comunicação públicos por um período de três meses.

 3 As OSC têm recursos contra decisões administrativas e políticas desfavoráveis e o assédio estatal perante os tribunais comuns, tribunais administrativos, o Conselho de Estado e o Tribunal Constitucional. Mas esses recursos são pouco conhecidos e raramente resultam em sucesso, razão pela qual as OSC têm cada vez mais recorrido ao lobby internacional para obter vitória. Por exemplo, em julho de 2019, após a detenção de seus membros, a DU apresentou uma queixa ao tribunal de primeira instância de Libreville contra o procurador da República por sequestro, cativeiro e agressão a vários de seus membros. O caso foi arquivado sem prosseguimento. Proibida de participar do desfile de 1º de maio no Gabão, a DU conseguiu participar nessas festividades na

França e informar os deputados europeus sobre seu tratamento pelas autoridades gabonesas. As liberdades de reunião e manifestação são consagradas pela constituição do Gabão. A lei nº 001/2017 submete as manifestações a uma declaração prévia. Exceção é feita para reuniões de culto, agrupamentos esportivos apolíticos, sindicatos e confederações sindicais. Nenhuma manifestação foi proibida em 2019. Em março, no entanto, a polícia nacional proibiu o acesso a uma coletiva de imprensa organizada pelo movimento cidadão Apelo à Ação, fundado em fevereiro de 2019 para promover o respeito à constituição após o acidente vascular cerebral presumido do presidente em outubro de 2018. O Código Geral de Impostos reconhece às associações sem fins lucrativos algumas vantagens relacionadas à fiscalidade. Elas são totalmente isentas de impostos sobre as subvenções, bem como dos dons e legados que recebem. Elas também são isentas de IVA para tudo que diz respeito ao seu funcionamento geral, de acordo com o artigo 210-8 do Código Geral de Impostos. À luz da lei, as OSC não estão autorizadas a gerar receitas pela venda de bens e serviços. Mas na prática, elas são tacitamente autorizadas a fazê-lo se reinvestirem em suas atividades. O Código de Licitações proíbe as OSC de concorrer à obtenção de contratos ou licitações públicas. Elas podem, todavia, oferecer serviços de consultoria à administração pública ou subcontratar para o principal prestador do governo, desde que utilizem as receitas para financiar suas atividades. O apoio jurídico disponível para as OSC permanece fraco no Gabão. Não existem advogados especializados em questões das OSC e os advogados estão desigualmente distribuídos pelo país, a maioria se encontrando nas grandes cidades como Libreville e Port-Gentil. Muito poucas organizações que precisam de aconselhamento jurídico dispõem das recursos financeiros para arcar com os honorários de um advogado. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 5,2 A capacidade organizacional das OSC gabonesas se melhorou moderadamente em 2019, porque as OSC fizeram esforços para construir uma relação de confiança com seus beneficiários, para fortalecer a formação do pessoal dirigente, e para melhorar a qualidade de seus escritórios, seu material e seu uso das redes sociais. Por sua presença no terreno, a prestação de serviços sociais, a sociedade civil continuou a mobilizar seus membros e beneficiários. As OSC identificam facilmente as necessidades de seus grupos-alvo, porque elas provenham das comunidades e porque os beneficiários muitas vezes foram envolvidos em um processo participativo. Por exemplo, no âmbito de sua ação de apoio às comunidades impactadas pela agroindústria de óleo de palma, Muyissi organizou uma sessão de sensibilização em Ngounié em abril 2019 para coletar informações sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres dessas comunidades, ajudá-las a identificar suas necessidades de formação e organizar uma feira de exposição-venda para apoiá-las em sua busca de empoderamento. As OSC mantêm uma relação de confiança com seus beneficiários, por meio de projetos, escritórios locais e uma comunicação aberta. Por exemplo, para

fortalecer suas relações com seus beneficiários, a Rede das Organizações da Sociedade Civil para a Economia Verde na África Central (ROSCEVAC) abriu um escritório em Mouila, na região de Ngounié, em 2019.

 As OSC devem definir as missões e os objetivos das OSC ao serem criadas, mas na ausência de planejamento estratégico e profissionalismo, elas às vezes se desviam de suas prioridades de ação. A maioria das OSC não mobiliza fundos suficientes para implementar seu plano de ação, em parte porque têm dificuldade em se conformar aos procedimentos de financiamento que consideram muito complexos. Além disso, a situação econômica precária no país e a falta de financiamento direcionam a ação de muitas OSC em detrimento de seus objetivos organizacionais. Apenas algumas OSC como KEVA Initiative, Brainforest, Organização Nacional

dos Empregados do Petróleo (ONEP), e Mulher, meio ambiente, saúde e educação (FENSED) elaboraram planos estratégicos e os implementam. Algumas organizações realizam avaliações internas, mas estas parecem pouco objetivas e difíceis de realizar, dada a ausência de normas de avaliação harmonizadas a nível nacional, especialmente no que diz respeito à política geral, as diretrizes dos relatórios e as auditorias sistemáticas. Em 2019, a maioria das OSC não tinha recursos financeiros suficientes para cobrir os custos de auditoria e outras formas de avaliações externas, mesmo para projetos financiados por agentes internacionais. A lei gabonesa exige que todas as OSC tenham estruturas de governança compostas por órgãos internos (bureau executivo, assembleia geral e conselho de administração) e ferramentas de governança (manuais de procedimentos, plano de monitoramento e avaliação). Essas estruturas muitas vezes não funcionam bem. A tendência geral no Gabão é uma mínima participação dos conselhos de administração na supervisão da gestão diária das OSC. Muitas OSC não realizam assembleias gerais regulares e apenas três delas têm um manual de procedimentos administrativos e financeiros. Enquanto os sindicatos e as OSC que recebem apoio de agentes de financiamento internacionais têm sistemas de gestão relativamente robustos, muito poucas organizações se submetem voluntariamente a medidas de transparência, como a publicação de relatórios de atividades e estados financeiros. A ausência de visão e o baixo nível de profissionalismo têm um impacto desfavorável sobre as práticas de gestão dos recursos humanos. O recrutamento e a retenção de pessoal qualificado (chefes de projetos, juristas, especialistas em finanças e especialistas em comunicação) e remunerado continuam difíceis e geralmente ocorrem apenas no âmbito de projetos financiados por agentes. Voluntários assumem as funções do pessoal na maioria das OSC. Esforços mínimos foram feitos para fortalecer as capacidades dos dirigentes das OSC, especialmente por meio de formação, simulações e um aumento gradual de responsabilidades. As OSC mais ativas e bem estabelecidas continuaram seus esforços para se dotar de equipamentos de escritório modernos e veículos. As OSC geralmente tentam alugar escritórios e usar tecnologias digitais para facilitar seu trabalho e melhorar sua visibilidade. Muitas organizações usam redes sociais como Facebook para promover suas atividades e WhatsApp para comunicação interna. Nas grandes cidades e cidades secundárias, as OSC têm fácil acesso à internet em telefones celulares. Segundo a Agência Nacional de Infraestruturas Digitais e Frequências (ANINF), em janeiro de 2019, 48 por cento da população tinha acesso à internet e 35 por cento usavam redes sociais. O acesso Wi-Fi público não é amplamente disponível. VIABILIDADE FINANCEIRA: 6,3 A viabilidade financeira das OSC gabonesas não mudou em 2019. Os agentes internacionais continuaram a ser a principal fonte de financiamento, mas esses fundos geralmente estão acessíveis apenas a algumas OSC com experiência em captação de recursos e elaboração de projetos. Os principais financiadores são a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a USAID, a União Europeia (UE), embaixadas e OSC

internacionais. Para tentar superar a dificuldade que as OSC têm em atender às exigências complexas dos convites da UE, sua delegação no Gabão, por meio da embaixada da França, implementou o programa Azobé em 2019. Com um orçamento total de 260 milhões XAF (cerca de 450.000 USD), este programa disponibilizará às OSC mecanismos simplificados para pequenos financiamentos entre 15.000 e 60.000 EUR (17.000 a 68.000 USD) cada um para a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável. As fontes nacionais são diversificadas, mas os financiamentos são geralmente pontuais e insuficientes para sustentar a sustentabilidade das organizações a longo prazo. Os programas de responsabilidade social das empresas (RSE) existem, mas não são divulgados. Em 2019, empresas como OraBank e Sociedade das Cervejarias do Gabão apoiaram Malachie e outras organizações para projetos como bancos

Índice de Sustentabilidade das Organizações da Sociedade Civil do Gabão em 2019 5 alimentares e um programa de microcréditos para as mulheres dos mercados. O governo gabonês concede algumas subsídios às OSC a critério da administração para projetos sociais e environmentais. A filantropia não é muito desenvolvida no Gabão e permanece dominada por personalidades políticas. Por exemplo, várias fundações estão associadas à família Bongo, que governa o Gabão desde 1967. Essas fundações dão alguns financiamentos às OSC, mas geralmente trabalham diretamente com as comunidades locais em projetos sociais focados em saúde, educação, direitos da infância, alimentação e atividades geradoras de renda. Em 2019, as OSC organizaram muitos eventos de arrecadação de fundos em benefício das populações vulneráveis, incluindo webatons e jantares de gala. Esses eventos geralmente não arrecadam quantias significativas porque o público não compreende esse método de captação de recursos e tem dúvidas quanto ao seu uso. As OSC frequentemente recebem apoio não financeiro de voluntários e das comunidades para a concepção e implementação das atividades. As contribuições dos membros geram apenas receitas mínimas. Algumas OSC obtêm receitas de treinamentos, serviços de consultoria ou infográficos, da venda de camisetas ou bonés, ou do aluguel de veículos. Existem algumas empresas sociais, incluindo o Programa de empoderamento, monitoramento e poupança comunitária (AVEC) de Malachie, que forma e oferece apoio financeiro às mulheres para o fortalecimento de suas capacidades em atividades geradoras de renda. Em 2019, a AVEC ajudou quase 140 comerciantes dos mercados de Libreville e Akanda a vender seus produtos. As grandes OSC possuem procedimentos de gestão relativamente sólidos e profissionais em gestão financeira, como contadores e controladores de gestão. Seus doadores exigem que produzam relatórios de atividades e anuais acompanhados de demonstrações financeiras. Os sistemas de gestão financeira das outras OSC são geralmente fracos. ADVOCACIA: 4,7 A advocacia das OSC gabonesas melhorou moderadamente em 2019. As OSC participaram de debates públicos, apoiaram os interesses das comunidades em um grande número de áreas e obtiveram muitos sucessos em matéria de advocacia durante o ano. As OSC atuam diretamente junto aos decisores em nível nacional, provincial e local por meio de grupos de trabalho, notas de posição, comunicados de imprensa e cartas. Em 2019, por exemplo, as OSC começaram a participar do Grupo de trabalho de interpretação nacional das normas da Mesa redonda sobre o óleo de palma sobre a revisão do Código do trabalho e na célula de reflexão da Primatura. Esses espaços de concertação eram em grande parte informais, mas refletem a vontade dos poderes públicos de envolver a sociedade civil no processo decisório. As OSC também discutem com o governo no âmbito de instâncias mais oficiais como o Conselho econômico, social e ambiental e submetem questões orais da Assembleia nacional.

Índice de Sustentabilidade das Organizações da Sociedade Civil do Gabão em 2019 6 Em 2019, as OSC realizaram individualmente ou em conjunto campanhas de sensibilização de grande escala para influenciar a opinião pública e a legislação. As campanhas de sensibilização em defesa dos direitos individuais e do bem-estar de grupos vulneráveis foram prioritárias. SOS AVC defendeu melhores cuidados para vítimas de AVC; Juventude dinâmica consciente (JDC) promoveu o respeito pelos direitos humanos; Agir para o gênero reclamou a restauração dos valores africanos no comportamento sexual; e ROLBG buscou ampliar espaço cívico. DU, ONEP e a Confederação gabonesa dos sindicatos livres (CGSL) contribuíram juntos para um acordo tripartite entre o governo, os empregadores e os trabalhadores sobre as modificações do Código do trabalho. O movimento "Não toque na minha terra" levou à anulação da decisão do governo de ceder terras do Estado à Caixa de depósito e de consignação. Malachie, Agir para o gênero, a plataforma Salão da mulher e o Grupo resolução 1325 realizaram uma campanha pela adoção do projeto de Plano nacional de ação mulheres, paz e segurança, proposto pelo governo, visando a implementação da Resolução 1325 da ONU sobre a participação das mulheres na

resolução de conflitos. As OSC também realizaram ações de advocacia por meio de conferências de imprensa, notas de posição e comunicações com a câmara alta do Parlamento para solicitar investigações parlamentares sobre a exploração ilegal do kévazingo e pela declaração de vacância de poder. As OSC também convenceram o presidente a se desfazer do seu vice-presidente e do ministro das Águas e Florestas devido ao escândalo kevazingogate. As OSC se sentem mais à vontade com o lobby por meio de instituições internacionais do que com os esforços para influenciar diretamente a Assembleia nacional. Por exemplo, as OSC às vezes enviam notas de posição às instituições e parceiros internacionais de desenvolvimento sobre a cessão de terras para as concessões florestais. Em 2019, as OSC continuaram seu lobby junto ao Escritório de Coordenação de ações humanitárias das Nações Unidas (OCHA), ao Instituto europeu da paz e à delegação da UE para que interviessem em seu nome para a melhoria do contexto jurídico, do apoio da administração ao setor da sociedade civil e da transparência nas modalidades de concessão de subsídios estatais. As OSC consideram que a lei nº 3562 é geralmente obsoleta e restritiva. A lei nunca foi revisada desde sua promulgação em 1962, apesar de várias iniciativas de advocacia realizadas nos últimos seis anos junto ao governo, dois parceiros técnicos e financeiros e ONGs internacionais. Os responsáveis governamentais não parecem querer evoluir o quadro jurídico. No final de 2019, as OSC ainda aguardavam a revisão da lei nº 3562 de acordo com as discussões realizadas durante o Diálogo nacional de 2017. As OSC consideram também que a falha do Estado em emitir os recibos definitivos dentro dos prazos previstos pela lei constitui um problema recorrente significativo. A advocacia das OSC visa essa questão desde 2012, mas sem obter progresso real. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: 5,0 A prestação de serviços das OSC melhorou ligeiramente em 2019 porque elas ampliaram sua gama de serviços para atender às necessidades das comunidades. Os serviços das OSC são direcionados principalmente aos grupos vulneráveis. Elas fornecem serviços sociais básicos nas áreas de educação, saúde e saneamento, bem como direitos humanos, formação profissional e proteção do meio ambiente. Os serviços das OSC levam em conta as prioridades e necessidades da população. Por exemplo, em 2019, a organização Active Angondjé garantiu serviços de desinfecção de residências e de desratização, e Circas Gabon e Caritas Sainte Marie forneceram consultas médicas gratuitas. Malachie fundou uma creche para apoiar mães adolescentes e distribuiu materiais escolares para crianças de famílias carentes. Organizações como Mais de AIDS nas

famílias e Zero AIDS garantiram apoio psicossocial a pessoas vulneráveis, como órfãos e

 pessoas vivendo com HIV/aids. A Brainforest, Malachie e a ONEP forneceram às populações desfavorecidas um apoio às competências para atividades geradoras de renda, aconselhamento jurídico, acompanhamento para negociações coletivas e na resolução de conflitos individuais e coletivos. A ONEP tratou cerca de 1.800 casos de conflitos individuais de trabalho. Os serviços das OSC frequentemente atendem às necessidades identificadas pelos próprios beneficiários, durante atividades de conscientização, pesquisas, avaliações de projetos, alertas e demandas de apoio. Por exemplo, em agosto de 2019, 17 coletividades de Invido solicitaram a ajuda da Brainforest para apresentar uma queixa contra nove empresas madeireiras por quebra de contrato. As OSC apresentam dados em seus relatórios de atividades e sua cobertura midiática para demonstrar sua presença no campo ao lado de seus grupos-alvo. O princípio da igualdade constitui a base da ação das OSC, e as OSC gabonesas oferecem bens e serviços sem qualquer discriminação. Embora estejam focadas nas populações vulneráveis, as OSC colocam sua expertise a serviço da administração, do setor privado, de institutos de pesquisa e ONGs internacionais. Várias OSC geraram receitas em 2019 cobrando por alguns produtos e serviços,

como treinamentos, consultorias, venda de camisetas, bonés, veículos e serviços gráficos. A tarifação aplicada pelas OSC ao público é geralmente mínima e às vezes se baseia em pesquisas socioeconômicas para levar em conta a capacidade das pessoas de pagar. As autoridades públicas reconhecem cada vez mais o impacto da ação das OSC e implementaram mecanismos que permitem a participação da sociedade civil em seus processos e discussões. Por exemplo, a lei n° 7/2014 sobre a proteção do meio ambiente reconhece o papel das associações de proteção ambiental (artigo 9), e lhes confere o direito de representação dentro da Comissão Nacional do Meio Ambiente, bem como na Comissão Interministerial para o Meio Ambiente e no Fundo de Salvaguarda do Meio Ambiente (artigo 13). Elas também têm o direito de agir judicialmente com constituição de parte civil para proteger o meio ambiente (artigo 14). As autoridades às vezes reconhecem as contribuições das OSC em suas declarações públicas. INFRAESTRUTURA SETORIAL: 5,1 A infraestrutura de apoio às OSC melhorou ligeiramente em 2019 porque as OSI e as organizações internacionais ofereceram novos financiamentos e demais serviços às OSC e que as OSC criaram novos parcerias com o governo e o setor privado. Vários centros de recursos e OSI apoiam as OSC no Gabão. A Casa da sociedade civil, reaberta em 2018, continuou a oferecer escritórios às OSC por um pequeno aluguel mensal em 2019. As fundações Amissa Bongo Ondimba, Omar Bongo Ondimba, Sylvia Bongo Ondimba e Paul Biyoghe Mba forneceram gratuitamente às OSC gabonesas conselhos de especialistas, informações, assistência técnica e ajuda ao lançamento de projetos locais. Elas também atribuíram alguns financiamentos às OSC. Embora a origem dos fundos seja pouco conhecida, assim como as modalidades de atribuição, as fundações parecem apoiar as prioridades da sociedade civil e seus serviços são gratuitos. Em 2019, a fundação Sylvia Bongo Ondimba lançou o prêmio Agathe Okumba d’Okwatsegue, visando recompensar pessoas ou associações que contribuem para promover os direitos das mulheres. OSC internacionais como WWF e Caritas França concedem financiamentos às organizações nacionais. Suas subvenções às vezes apoiam atividades de grande escala internacional. Por exemplo, em 2019, o escritório nacional do WWF no Gabão e no Congo lançou um chamado à consulta para a implementação do processo de consentimento livre, informado e prévio para as populações de Messok Dja no Congo, que são impactadas pela criação de uma área protegida na região de Sembé. Este edital foi vencido pela OSC gabonesa Brainforest.

 8 Várias redes, plataformas e parcerias estavam ativas no Gabão em 2019. Seus objetivos são geralmente a troca de experiências e informações e a mutualização de esforços em diversas temáticas. As principais plataformas são ROLBG, ROSCEVAC, Publique o que você paga (PCQVP), a plataforma Salão da mulher, a Aliança panafricana pela justiça climática (PACJA) e Gabão, minha terra, meu direito, (GMTMD). O Conselho econômico, social e ambiental continua a ser a principal instituição governamental que dá às OSC a possibilidade de apresentar e promover seus direitos. Ao longo do ano, instituições e organizações internacionais como OCHA, a Organização Internacional da Francofonia, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central e WWF ofereceram formação às OSC. As áreas de formação incluíram mudança climática, normas ambientais, estratégias de mobilização da participação política de grupos marginalizados e direitos humanos no âmbito das atividades empresariais. Em abril de 2019, com o financiamento da Agência Sueca de desenvolvimento e cooperação internacional, ROSCEVAC e PACJA ofereceram às OSC uma formação sobre a elaboração e gestão de projetos de desenvolvimento comunitário. O mecanismo internacional de redução de desmatamento REDD+ também propôs um fortalecimento de capacidades às OSC. A formação é em francês. Embora as oportunidades de formação ainda sejam insuficientes para cobrir as necessidades das OSC, elas se alinham, no entanto, com suas prioridades. A maioria dos atores está ciente das vantagens das parcerias intersetoriais, mas deficiências são observadas no que diz respeito aos mecanismos de

implementação de tais parcerias. Por exemplo, em 2019, não houve comunicação sobre a assinatura de convenções de parceria entre OSC e operadores do setor privado. A colaboração entre OSC e empresas ocorre no âmbito de programas de RSE, principalmente para a prestação de serviços. Por exemplo, Agir pela gênero recebeu o apoio da empresa petrolífera Vaalco para a conscientização sobre gravidezes precoces em ambientes escolares em março 2019. Por iniciativa da WWF, uma plataforma da sociedade civil foi criada em dezembro de 2019 para monitorar a conformidade das empresas com as normas sociais e ambientais. A noção de parceria formalizada entre a sociedade civil e a administração ainda é embrionária. A organização Iniciativas-desenvolvimento-pesquisa-consultoria (IDRC)-África que trabalha nos aspectos ambientais e sociais de grandes projetos de investimento lançou o programa Um Gabonês, um jardim em 2019 no âmbito de uma convenção de parceria assinada com o ministério da Agricultura para formar jovens arboricultores na exploração de viveiros de culturas hortícolas. Uma OSC local facilitou uma parceria público-privada para a produção de um óleo de palma sustentável no Gabão, e as OSC participaram de um quadro de cooperação para a revisão do Código do Trabalho em 2019. IMAGEM PÚBLICA: 4,9 A imagem pública das OSC não mudou em 2019. A sociedade civil foi considerada trabalhando de forma produtiva em questões de política pública e comunicando-se eficazmente sobre suas atividades. As OSC se apoiam nos meios de comunicação para relatar suas mensagens sobre seus trabalhos tanto em nível nacional quanto local. Elas têm acesso aos meios de comunicação tradicionais e aos meios de comunicação online. No entanto, algumas OSC denunciam restrições praticadas pelos meios de comunicação públicos, como censura de algumas declarações de sindicalistas que as autoridades consideram muito agressivas. Além disso, muitas organizações continuam a enfrentar dificuldades em cobrir os custos relacionados à cobertura midiática de suas atividades. Para enfrentar isso, algumas OSC mantêm relações pessoais com jornalistas e utilizam as redes sociais para melhorar sua visibilidade e sua imagem pública.

Índice de Perpetuação das Organizações da Sociedade Civil do Gabão em 2019 9 Embora o grande público ainda considere insuficiente a contribuição das OSC gabonesas para o desenvolvimento do país, sua presença no campo e sua proximidade com os beneficiários melhoraram a opinião da população. Embora esforços de conscientização e mobilização mais significativos ainda sejam necessários, o grande público compreende cada vez mais o papel da sociedade civil como ator de desenvolvimento. Os serviços oferecidos pelas OSC e seus pleitos nacionais levaram o setor privado e a administração pública a apreciar melhor a sociedade civil. As OSC são cada vez mais convidadas a participar dos círculos de reflexão sobre políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento, e na implementação de programas de RSE. As autoridades públicas apreciam as contribuições das OSC, exceto quando elas denunciam as violações dos direitos e liberdades humanos, a corrupção e criminalidade financeira, a falta de transparência e problemas semelhantes. Em 2019, muito poucas OSC tinham estratégias de comunicação claramente definidas devido a uma falta de recursos financeiros para elaborá-las. As organizações se apoiam essencialmente nos meios de comunicação, nas redes sociais, nas missões de campo, em materiais de comunicação (faixas, brochuras, camisetas, etc.) para informar o grande público sobre suas atividades e promover sua imagem. Algumas OSC cultivam relações próximas com jornalistas. A publicação de relatórios anuais não é uma exigência legal, apenas as organizações declaradas de utilidade pública e aquelas que recebem ajuda externa estão sujeitas a obrigações de comunicação de relatórios. As OSC não têm códigos de ética, as questões de ética estão incorporadas nos regulamentos internos e nos manuais de procedimentos. Cláusula de isenção de responsabilidade: as opiniões expressas neste documento são aquelas dos participantes e de outros pesquisadores do projeto e não refletem necessariamente os pontos de vista da USAID ou da FHI 360.